existente nos EUA haverá nove na China.

Contudo, a transformação da suinocultura chinesa será dramática nos próximos anos. Lá, menos de 10% do rebanho utilizam arraçoamento baseado em grãos para tornar mais produtivos os índices zootécnicos da criação. Aproximadamente 350 milhões de suínos são criados livremente ao redor das casas e outros pequenos espaços, consumindo restos de comida. O FGC vem atuando intensivamente para montar a suinocultura profissional e de maior escala, como meio para conseguir maior produtividade e lucratividade. O trabalho abrange também os moinhos, que precisaram comprar mais grãos forrageiros e aumentar a produção de ração. Até o ano 2000, a meta do FGC é atingir 25% do rebanho suíno chinês com o tratamento de ração comercial, o que significará uma demanda adicional de grãos de 18 milhões de toneladas.

Descortinando o horizonte futuro do agribusiness

É freqüente que importantes formadores de opinião no país afirmem, equivocadamente, que o Brasil ainda não se libertou do modelo exportador primário junto ao mercado internacional. Como julgar tais afirmações ante os EUA, que só em grãos produzem quase 50% da produção mundial e exportam anualmente de US$55 a US$60 bilhões?

O FGC parte do pressuposto de que a meta para o desenvolvimento das atividades de mercado é similar às aplicações de recursos em bens e serviços adicionais. Traduzindo em outras palavras, isso significa que há um determinado momento em que o retorno proporcionado pelas atividades de investimento ultrapassa o valor inicial. A medida é a taxa interna de retorno de cada empreendimento.

Durante seus 25 anos de existência, o FGC estima que, para cada dólar aplicado pela organização, tenham sido criados cinco no desenvolvimento das atividades de mercado. Tal incremento na renda alimenta o ciclo de formação de novos fundos e alavanca outros investimentos.

No planejamento estratégico para 1996, a postura préativa entre os membros do FGC foi reconhecer que "a velocidade acelerada das mudanças desafia a capacidade do FGC para continuar sendo uma força positiva para a agricultura e o agribusiness dos EUA e seus clientes". Em suma, reconhecer que novas ondas serão emitidas por atividades que empregam palavras nem sempre bem-definidas e por isso mesmo pouco entendidas pelo consumidores, tais como biotecnologia, Organização Mundial de Comércio, valores agregados, valores adicionados, produtos orgânicos, engenharia genética etc.

Os membros do FGC vislumbram o surgimento de outro tempo para as exportações, em que será necessário multiplicar esforços para auscultar os clientes a respeito de seus desejos, suas preocupações e seus medos. A grande diferença estará no preparo para coletar e administrar em tempo hábil as informações para, rapidamente, monitorar políticas e alertar os tomadores de decisão norte-americanos sobre as novidades emergentes.

Extra!

Proálcool: o que precisa mudar

Desde a última semana de junho, os jornais brasileiros estão noticiando, mais uma vez, a retomada do Proálcool. O governo federal divulgou informações sobre a possível continuidade dos subsídios a este combustível alternativo.

CARLOS E. F. VIAN

Graduado em economia pela Unicamp, mestre em engenharia de produção pela Ufscar e doutorando em economia pela Unicamp. Bolsista na Capes.
E-mail: cefvian@eco.unicamp.br.

As notícias recentes dão conta de que a certeza de implementação de uma nova política para o Proálcool foi substituída pela incerteza sobre como atingir tal objetivo. Ministros e técnicos do governo garantiram que o Proálcool só deve ser reincentivado se houver vontade precípua da sociedade, com garantia de que as metas de produção serão cumpridas e de que a eficiência produtiva das usinas e destilarias será elevada rapidamente. Estes acontecimentos são similares aos que deram origem ao Proálcool em meados dos anos 70. Naquele tempo, os incentivos financeiros à produção visavam aumentar a oferta de álcool e diminuir o consumo de derivados de petróleo. Hoje, os incentivos devem ser direcionados para elevar os índices de produtividade e para se obter um custo menor para o produto.

É importante analisar alguns aspectos do planejamento e do controle estatal sobre a produção de álcool no Brasil, partindo das políticas de manutenção de preços e de desenvolvimento industrial e agrícola do setor sucroalcooleiro. O Estado teve um papel preponderante no desenvolvimento tecnológico da produção de cana-de-açúcar, financiando a pesquisa e o desenvolvimento de novas varie-

dades e de novas tecnologias de plantio, tratos culturais e colheita através do Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA).

A atuação estatal também foi decisiva na manutenção e criação de condições favoráveis de mercado para as usinas, através da compra dos excedentes de produção de açúcar, da criação da demanda de álcool anidro (Petrobras) e hidratado (incentivos fiscais para a compra de carros a álcool pelo consumidor), garantindo assim o crescimento da produção, que passou de 624 milhões de litros de anidro e hidratado em 1975 para cerca de 13 bilhões de litros em meados dos anos 80, quando a produção se estabilizou.

Durante pelo menos quatro décadas, vigoraram mecanismos de proteção às empresas do setor, inclusive com a adoção de cotas de produção e de exportação, e de outras garantias, como o subsídio de equalização de preços pagos às unidades instaladas no Nordeste e no estado do Rio de Janeiro.

As autorizações para a construção de novas unidades produtivas, com crédito subsidiado, contribuíram para que as usinas e destilarias investissem com o objetivo de aumentar a capacidade instalada, pois este era o mecanismo principal que as credenciava a alavancar os créditos oficiais. Este movimento deprimiu os investimentos em produtividade e levou as empresas a descuidarem da eficiência dos equipamentos e, conseqüentemente, da utilização econômica dos subprodutos. Tal preocupação só surgiu no decorrer da década de 80, mesmo assim de forma desigual e descontínua dentro do setor. Um bom exemplo deste aspecto é dado pelo uso do bagaço para a geração de energia, para alimentação animal e para a fabricação de compensados. Algumas usinas utilizam esse produto apenas para a queima, pois não possuem caldeiras eficientes que permitam usar a sobra para os outros usos. Algumas empresas chegam a comprar esse subproduto de empresas próximas para poderem terminar a safra.

Estudos feitos pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) na década de 80 evidenciam que muitas unidades produtoras de álcool continuam utilizando equipamentos industriais obsoletos e de pouca produtividade, enquanto outras empresas têm investido em tecnologias modernas, novos equipamentos e, especialmente, em informática. Assim, obtêm-se grandes ganhos de produtividade com redução de custos de produção. Algumas usinas investem, bem e seguidamente, em novas tecnologias industriais e agrícolas e em controle do processo produtivo, enquanto muitas outras continuam fazendo apenas o trivial, como a manutenção e troca de peças defeituosas de seus equipamentos, alguns com muitos anos de uso ininterrupto.



Aumento da produtividade compensa queda de preços

Além das condições climáticas e topográficas, os investimentos em seleção e o uso de novas variedades de cana, a mecanização agrícola e a aplicação de defensivos é que definem as diferentes produtividades desta cultura em cada região do país. Algumas destas variáveis não são controláveis (clima, regime de chuvas e topografia) e por isso deixaremos de lado a análise específica das diferentes produtividades agrícolas regionais da cultura canavieira.

Entretanto, analisando a área industrial, percebemos que existe a possibilidade de um controle quase total das variáveis que influenciam a produtividade e a eficiência dos equipamentos, e que não existem desigualdades tecnológicas significativas entre os equipamentos utilizados pelas diversas usinas. Desse modo, as diferenças existentes devem ser creditadas ao uso mais ou menos intenso de equipamentos de controle de processo, ao tipo de manutenção preventiva e corretiva e ao nível de treina-

mento dos operários.

Os preços do álcool anidro e hidratado sofreram quedas, em termos reais, ao longo das duas décadas de vigência do Proálcool. Esta perda foi compensada, relativamente, pelo aumento da produtividade agrícola e industrial do setor. A produtividade industrial média do Brasil cresceu de 57,4 l por tonelada de cana esmagada em 1977/78 para cerca de 85 l por tonelada em 1994/95. Quando se analisam os dados regionais, evidencia-se a heterogeneidade do setor. Tem-se uma produtividade de 88 l em São Paulo, contra cerca de 80 l no Centro-Oeste. A produtividade da região Nordeste era de 50,6 l de álcool por tonelada em 1984/85. Embora não tenhamos dados oficiais atualizados para estas região, supondo um crescimento percentual igual à média do país, obtém-se uma produtividade de cerca de 75,14 l por tonelada moída. Mas este valor não deve ser verdadeiro, pois as dificuldades financeiras das empresas do Nordeste não devem ter permitido investimentos nos mesmos níveis dos realizados pelas unidades do Centro-Sul.

Preços oficiais escondem desigualdades

A análise atenta dos resultados de várias pesquisas feitas por técnicos de grandes universidades brasileiras, como Ufscar, UFRJ, Unesp e Unicamp, permite perceber que parte do setor sucroalcooleiro nacional está passando por um processo de modernização tecnológica cujo vetor principal é a utilização da informática e de controladores automáticos de processo produtivo, conjugados com a crescente mecanização da colheita da cana. Mas ainda existem usinas que se utilizam de métodos rudimentares para o cultivo, como a tração animal. Assim, vê-se que a modernização das empresas do setor é muito desigual. Enquanto algumas unidades, principalmente em São Paulo, têm investido pesadamente em modernização industrial e agrícola, visando produzir com custos abaixo da média do setor, muitas outras têm custos altos por incapacidade financeira ou gerencial e enormes dificuldades para se modernizarem.

Tais desigualdades tecnológicas continuam a ser acobertadas pela forma de cálculo dos preços oficiais pagos pelo álcool. O mesmo é baseado nos custos médios do setor, escondendo deficiências e incapacidade produtiva e permitindo que as empresas menos capacitadas continuem produzindo e as mais eficientes e modernas obtenham lucros mais altos que os normais. Assim, o preço final do álcool, por ser controlado, acoberta uma alta remuneração para alguns e financia a ineficiência de outros.



Além disso, existe falta de transparência em relação ao destino do dinheiro pago e grandes dificuldades para aferir os resultados dos investimentos efetuados. A política de incentivos via preços precisa ser mudada, como vem ocorrendo nos EUA e na Europa ocidental, que estão substituindo os subsídios agrícolas aos preços por pagamentos diretos ao produtores, evitando a intervenção nos preços de mercado e as superproduções, entre outros aspectos.

Pode-se dizer que a modernização continuará em curso no setor, mas a velocidade para a queda da heterogeneidade entre as empresas será condicionada pelo baixo custo e pela desorganização sindical da mão-de-obra em certas regiões do país. Este fato, em conjunto com o cálculo de preços pela média, permite compensar a menor produtividade e permite que o uso de novas tecnologias seja postergado por muitas empresas. As políticas de controle estatais, que possibilitam a continuidade da produção das unidades tecnologicamente atrasadas, devem ser alteradas. Esta é uma imposição atual e definitiva e deve ser abraçada com vigor.

Problemas ambientais graves nos grandes centros urbanos podem ser combatidos com o uso do álcool como combustível e como aditivo à gasolina e ao diesel.

O Proálcool é um programa importante para o Brasil. Atualmente não existem problemas relativos ao custo e ao abastecimento de petróleo, em franca oferta a baixos preços nos mercados internacionais, e a produção nacional está em expansão. Mas existem problemas ambientais graves nos grandes centros urbanos e estes podem ser combatidos com o uso do álcool como combustível e como aditivo à gasolina e ao diesel.



Temos em nossa mãos um combustível alternativo, renovável, limpo e visto por outras nações, como os EUA, como uma boa alternativa para o futuro. Estes países produzem o álcool a partir de cereais e de celulose, com custos muito mais elevados que os brasileiros, mas estão tecnologicamente mais avançados. O uso de técnicas mais competitivas pelas usinas brasileiras, em conjunção com o rebaixamento dos custo agrícolas e industriais, pode permitir a obtenção de um custo bem mais condizente que os US$40 por tonelada métrica de álcool dos dias de hoje.

A possível retomada é salutar. Iniciando-se uma nova fase do Proálcool, deve mudar a forma de controle e concessão de incentivos ao setor, o que pode significar uma rutura dos conceitos e padrões de crescimento do ramo, com enfoques diferenciados dos utilizados até agora. Caso isso não ocorra, pode-se dizer, sem medo de erro, que a gestão da produção e do trabalho, as estratégias de crescimento das empresas do setor sucroalcooleiro nacional, passarão por um processo de *modernização sem mudança*. E isto deve ser efetivamente evitado!